

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, com sede na Rua Nereu Ramos, 609 – Centro, no município de Turvo/SC, comunica que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, pelo tipo de licitação **menor preço global**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 055, de 29 de maio de 2024, no que couber o Decreto Municipal nº 043, de 09 de julho de 2021 e demais legislações aplicáveis a matéria e das exigências estabelecidas neste edital, para aquisição de jaquetas para composição do uniforme escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com assistência da equipe de apoio, designados pela Portaria nº 429/2025.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h29min do dia 07/07/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 08h30min do dia 07/07/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 07/07/2026

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL –sítio: <https://bllcompras.com>

1. – OBJETO

1.1. Esta licitação tem por objeto a aquisição de jaquetas para composição do uniforme escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino (Pré-Escolar e Ensino Fundamental), conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos e anexos que integram este edital.

2. – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente processo licitatório, as empresas com ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos e, estiverem devidamente cadastradas junto à Plataforma Eletrônica - **Portal: bllcompras – sítio: <https://bllcompras.com>**

2.1.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro, por meio do sistema, ou de sua desconexão.

2.1.2. A participação na presente licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital, Termo de Referência e seus demais anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

2.2. Não poderão participar desta licitação, os licitantes:

2.2.1. que não atendam às condições deste processo licitatório e seus anexos;

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.1. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema, implica a responsabilidade legal do participante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao processo licitatório.

3.1.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Turvo/SC, promotor da licitação, responsabilidade.

3.2. Como requisito para participação, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá marcar a opção de que atende plenamente os requisitos e exigências de habilitação previstas no Edital, sendo oportunizado ao licitante no momento do salvamento da proposta.

3.3. Como requisito para participação usufruindo dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº. 123/2006 e o Decreto Municipal nº 043, de 09 de julho de 2021 a empresa deverá marcar a opção de enquadramento na tela de cadastramento da proposta na plataforma eletrônica.

4. - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Após a divulgação do presente edital, as licitantes deverão encaminhar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e hora marcadas no preâmbulo deste edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas, devendo preencher os seguintes campos:

a) Conter, em campo próprio do sistema, o preço unitário e total dos itens, **DE TODOS OS ITENS**, expressos em reais, com no máximo 02 (duas) casas decimais, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, que deverá contemplar eventuais custos necessários ao fornecimento dos produtos, objeto da presente licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte para entrega, carga, descarga, taxas ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

b) Conter, em campo próprio do sistema, a marca/modelo do produto, em sendo serviços/confeções, a mesma poderá ser preenchida como “PRÓPRIO”.

b.1) É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de “desclassificação.”

c) a validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação.

4.1.1. A proposta de preços deverá respeitar as especificações e quantitativos constantes neste edital e seus Anexos.

4.1.2. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “chat” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

4.2. A proposta de preços final atualizada, da licitante vencedora, deverá ser apresentada no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa, no **prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação**, devendo utilizar-se do modelo do **Anexo I**.

4.2.1. O percentual de desconto para cada item, deverá ser o mesmo concedido ao valor total.

4.2.2. Juntamente com a Proposta atualizada, a licitante deverá anexar declaração de cumprimento dos requisitos e limites para ME e EPP, conforme **Anexo II (se for o caso)**;

4.3. Caso haja omissão da validade e/ou garantia da proposta, aplicar-se-ão os prazos mínimos estipulados neste edital.

5. - DO INÍCIO DA SESSÃO

5.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas, o Pregoeiro, dará início à Sessão Pública, via sistema eletrônico, na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, verificando a validade das propostas conforme exigências do edital.

5.2. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante antes do término dos lances.

6. - DO MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. O modo de disputa definido nesta licitação será **ABERTO**:

a) No modo de disputa ABERTO, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

a.1) A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

b) Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.1.1. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

6.2. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico e no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública.

6.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

6.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

a) O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

b) Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

c) Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **menor preço global**.

6.6. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o lance poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

6.6.1. Em caso de permanência de preço incompatível ou lance manifestamente inexequível no sistema após transcorrida a fase de lances, a proposta final poderá ser excluída do mesmo modo, porém, não haverá oportunidade de retornar a etapa de lances para registrar novos lances.

6.7. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, justificado, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome dos licitantes participantes do certame.

6.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

7. – JULGAMENTO

7.1. Após análise da proposta e transcorrida a etapa de lances, o sistema eletrônico automaticamente divulgará a melhor proposta classificada e as subsequentes.

7.2. O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.3. O valor de referência deste processo licitatório está disponível neste edital e no Termo de Referência, que será considerado como preço máximo aceito pela Administração, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valor unitário acima do orçamento oficial.

7.4. Será concedida prioridade de contratação, para as empresas enquadradas no Decreto Municipal nº 043, de 09 de julho de 2021, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) em relação a menor proposta, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

7.4.1. A prioridade de contratação será dada às empresas sediadas no município de Turvo/SC, assim entendidas como empresas locais.

7.4.2. Não atendida a prioridade do item anterior, a prioridade será dada às empresas regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região da AMESC.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que:

7.5.1. Não atendam as especificações, os prazos e as condições definidos neste edital;

7.5.2. Apresentem vícios insanáveis;

7.5.3. Apresentem preços inexequíveis ou que permaneçam acima do orçamento estimado para contratação mesmo após a negociação de que trata o item 7.7.

7.6. Na hipótese de a proposta mais vantajosa desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.8. Considerar-se-á como proposta final ou adequada, o último lance ofertado ou negociado, divulgado em ata, dispensando-se a exigência de qualquer outro documento posterior a esta fase para sua ratificação.

7.9. Considera-se inexequível a proposta ou lance vencedor cujos valores forem inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor estimado da contratação.

7.10. A Administração não se absterá de escolher a proposta mais vantajosa para o ente municipal sob a alegação de inexequibilidade, desde que o licitante demonstre a exequibilidade de sua proposta (Acórdão nº 803/2024-TCU-Plenário).

7.11. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.12. Se, nos termos do art. 2º, inciso XVII, do Decreto Municipal nº 055, de 2024, houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro poderá requisitar diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta no prazo de 01 (uma) hora.

7.13. Quando ainda após a primeira diligência persistirem os indícios, será aberta nova diligência de 30 (trinta) minutos e se mesmo assim persistirem indícios quanto a inexequibilidade da proposta o pregoeiro/agente de contratação determinará a desclassificação da proposta.

8. – DA HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, as licitantes terão de anexar na plataforma, na forma do item 9 do edital, os documentos relativos à:

8.1.1. Regularidade jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou documento equivalente comprovando os poderes de administração pela empresa licitante, apresentados na forma da lei, com as devidas alteração e atas de posse, acompanhados das respectivas alterações ou consolidações, conforme o caso.

8.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal (alvará de localização), se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Federal inclusive de contribuições previdenciárias - RFB/PGFN, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014;
- c) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- d) Comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- e) Comprovante de regularidade para com o FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.3. Qualificação econômico e financeira

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.1.4. Qualificação Técnica

- a) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu produtos da mesma natureza do objeto da licitação, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características dos produtos.

8.1.5. Declaração Unificada (Anexo III)

- a) Declaração de que não foi declarada inidônea em nenhum órgão público Federal, Estadual ou Municipal e não está impedida ou suspensão de licitar com o Município de Turvo/SC;
- b) Declaração de atendimento as exigências do inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de Inexistência de servidor público no quadro societário da empresa;
- d) Declaração de cumprimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência;
- e) Declaração de não condenação judicial, de acordo com o estabelecido no inciso VI do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas.

8.1.6. Comprovação de Enquadramento ME/EPP (se for o caso):

8.1.6.1. Para fins de comprovação de enquadramento como microempresas, empresas de pequeno porte, desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, a licitante deverá anexar na plataforma:

a) Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: Certidão expedida pela Junta Comercial na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Registro do Comércio – DNRC, emitida no período máximo de 90 dias que antecede o processo licitatório.

8.1.6.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, poderão sanar eventual restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal, sendo que o julgamento da habilitação ficará suspenso para que a licitante possa proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis automaticamente por igual período.

8.2. Os documentos que não possuem o prazo de validade expresso (no próprio documento ou nas exigências específicas deste edital), somente serão aceitos com data não excedente a 180 (cento e oitenta) dias corridos da data prevista para apresentação das propostas.

8.3. Resume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos anexados à plataforma eletrônica, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

8.4. Conjuntamente com a análise dos documentos exigidos neste item, o Pregoeiro realizará as seguintes consultas, sendo que a licitante deverá restar regular para que seja proferida sua habilitação, conforme § 4º, Artigo 91 da Lei Federal nº. 14.133/2021:

a) Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

b) Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP - (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

9 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação e de enquadramento (se for o caso), relacionados no item 8 deste edital, serão verificados por meio dos documentos anexados à plataforma de compras eletrônicas.

9.1.1. A apresentação dos documentos dar-se-á, preferencialmente, por meio de **arquivo em formato PDF (arquivos separados), contendo todos os documentos de forma compactada, organizados na ordem sequencial solicitada no item 8 deste edital, a fim de agilizar a análise.**



9.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo(s) licitante(s) vencedor(es).

9.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados no prazo de **até 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro, via chat.

9.3.1. Questionado, após o envio dos documentos, o licitante poderá renunciar ao prazo antes de seu encerramento, via chat, configurando sua decadência e permitindo que o Pregoeiro proceda à análise.

9.4. Transcorrido o prazo para envio dos documentos, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.5. Na hipótese de os documentos apresentados não atenderem às exigências deste edital, a licitante será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na forma do item 7.6.

10. - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº. 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar na plataforma eletrônica, que poderá ser por meio do acesso público, o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma eletrônica, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração dos documentos técnicos da fase preparatória, decidir sobre a impugnação.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada, nos autos do processo de licitação.

10.3.2. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11. - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após a etapa de habilitação, em momento oportuno, o Pregoeiro abrirá o prazo de 15 (quinze) minutos, ocasião em que qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. O licitante que manifestar intenção de recorrer ficará automaticamente intimado a apresentar as razões recursais, as quais deverão ser anexadas à plataforma, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente a manifestação de que trata o item 11.1 deste edital.

11.3. As demais licitantes, desde logo, ficarão intimadas a apresentar suas contrarrazões, as quais deverão ser anexadas à plataforma, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo recursal referido no item 11.2 deste edital.

11.4. O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

12. - DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº. 14.133/2021, esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade máxima, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13. - DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a autoridade máxima homologar o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar Termo Contratual, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

13.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.3. A convocação formal poderá ser realizada da forma que a Administração julgar eficiente, podendo se dar por publicação em sítio oficial, e-mail ou aplicativos de conversa, desde que utilizados os dados de contato inseridos pelo próprio fornecedor na plataforma eletrônica em que se deu a sessão da licitação.

13.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando houver.

13.5. As obrigações contratuais, forma e condições de pagamento, reajuste, repactuação e recebimento do objeto, e outras obrigações exigidas na Lei Federal nº. 14.133/2021, conforme

o caso, estão descritas nas respectivas cláusulas da minuta de contrato - **Anexo IV**, que é parte integrante deste edital.

14. - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2026:

06.001 – Secretaria de Educação

2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00 1.500.1001.0500 (42)

2.009 – Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

3.3.90.00.00.00.00.00 1.500.1001.0500 (39)

15. – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133, de 2021, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, mediante apuração prevista em regular processo administrativo.

16. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. No julgamento das etapas deste processo, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante registro em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 055, de 29 de maio de 2024 e o Decreto Municipal nº 043, de 09 de julho de 2021.

16.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.7. Quando houver suspeita de conluio entre os licitantes, má fé ou qualquer ilicitude, o Pregoeiro poderá adotar medidas que impeçam estas de prosperar, encaminhando relatório dos fatos ocorridos durante a sessão ao Prefeito Municipal, para que este adote as medidas cabíveis.

16.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos com as demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.9. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.11. É de suma importância a leitura cuidadosa dos termos deste Edital de Licitação e, em casos de dúvidas, poderá ser solicitado pedido de esclarecimentos, de acordo com as normas e prazos estabelecidos neste ato convocatório.

16.12. O Edital e anexos encontram-se divulgado no portal <https://bllcompras.com>, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br, no site <https://turvo.sc.gov.br> e no mural público.

16.12.1. E também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Nereu Ramos, nº 609, Centro, Turvo/SC, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados, ou pelo fone (48) 3525.8100 ou E-mail: licita@turvo.sc.gov.br ou licitacao@turvo.sc.gov.br.

Turvo/SC, 25 de junho de 2026.

HERIBERTO AFONSO SCHMIDT
Prefeito Municipal

QUANTITATIVO, ESPECIFICAÇÃO E VALOR MÁXIMO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Objeto: Aquisição de jaquetas para composição do uniforme escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino (Pré-Escolar e Ensino Fundamental), de conformidade com Termo de Referência e demais documentos e anexos que integram este edital, e conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA | VALOR TOTAL |
|------|---|-----|-----|------------------------------|---------------|
| 1 | Jaqueta escolar unissex confeccionada em tecido impermeável 100% poliamida, com gramatura mínima de 40 g/m ² , na cor preta, modelo matelassê acolchoado, composta por tecido externo e forro no mesmo padrão de composição e cor, com enchimento interno dos gomos em fibras 100% poliéster, gramatura mínima de 160 g/m ² , proporcionando conforto térmico, resistência e proteção contra baixas temperaturas e umidade. Os gomos do matelassê deverão possuir largura entre 45 mm e 50 mm, com divisões costuradas, de forma uniforme, garantindo o adequado acabamento, distribuição do enchimento e resistência da peça. As mangas e a gola deverão ser confeccionadas no mesmo tecido do corpo da jaqueta, com costuras reforçadas. O modelo deverá possuir fechamento frontal integral por zíper de alta resistência, capuz acolchoado removível fixado exclusivamente por sistema de zíper, punhos com elástico embutido, com largura aproximada de 2 cm, costurados de forma a garantir ajuste adequado ao corpo, conforto térmico e durabilidade, bem como 2 (dois) bolsos frontais embutidos e funcionais nas laterais da peça, com acabamento reforçado, pregados e pespontados, utilizando forro do mesmo tecido e cor do corpo da jaqueta. O fechamento da jaqueta, bem como as costuras dos ombros e laterais, deverão ser executados | UND | 358 | R\$ 237,56 | R\$ 85.046,48 |



| | | | | | |
|---|---|-----|-----|------------|---------------|
| | <p>em máquina interloque, utilizando linha 100% poliéster, na cor do tecido, compatível com a resistência exigida para uso escolar diário. A peça deverá possuir, na frente do lado esquerdo do peito, bordado do brasão oficial do Município de Turvo/SC, em suas cores oficiais, acompanhado, ao lado direito do brasão, da inscrição “PREFEITURA DE TURVO”, na cor branca, em tamanho proporcional ao brasão e à peça, preservando a harmonia visual e a legibilidade da personalização. Deverá possuir, ainda, aplicação da bandeira oficial do Município de Turvo/SC na manga direita, confeccionada nas cores oficiais do Município e em dimensões proporcionais ao tamanho da peça, preservando a legibilidade e a proporcionalidade dos símbolos. A jaqueta deverá apresentar excelente resistência ao desgaste decorrente do uso escolar diário, impermeabilidade, uniformidade de cor, costuras, enchimento e acabamento, sendo isenta de defeitos de fabricação, rasgos, manchas, falhas de costura, deformidades ou quaisquer imperfeições que comprometam sua utilização, durabilidade ou aparência. Fornecimento em diversos tamanhos, do 04 ao 08. Produto conforme croqui, especificações técnicas e padrões de qualidade definidos no anexo I do Termo de Referência. QUANTIDADES POR TAMANHO: 04 - 46; 06 – 145; 08 – 167.</p> | | | | |
| 2 | <p>Jaqueta escolar unissex confeccionada em tecido impermeável 100% poliamida, com gramatura mínima de 40 g/m², na cor preta, modelo matelassê acolchoado, composta por tecido externo e forro no mesmo padrão de composição e cor, com enchimento interno dos gomos em fibras 100% poliéster, gramatura mínima de 160 g/m², proporcionando conforto térmico, resistência e proteção contra baixas temperaturas e umidade. Os</p> | UND | 399 | R\$ 237,56 | R\$ 94.786,44 |

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | <p>gomos do matelassê deverão possuir largura entre 45 mm e 50 mm, com divisões costuradas, de forma uniforme, garantindo o adequado acabamento, distribuição do enchimento e resistência da peça. As mangas e a gola deverão ser confeccionadas no mesmo tecido do corpo da jaqueta, com costuras reforçadas. O modelo deverá possuir fechamento frontal integral por zíper de alta resistência, capuz acolchoado removível fixado exclusivamente por sistema de zíper, punhos com elástico embutido, com largura aproximada de 2 cm, costurados de forma a garantir ajuste adequado ao corpo, conforto térmico e durabilidade, bem como 2 (dois) bolsos frontais embutidos e funcionais nas laterais da peça, com acabamento reforçado, pregados e pespontados, utilizando forro do mesmo tecido e cor do corpo da jaqueta. O fechamento da jaqueta, bem como as costuras dos ombros e laterais, deverão ser executados em máquina interloque, utilizando linha 100% poliéster, na cor do tecido, compatível com a resistência exigida para uso escolar diário. A peça deverá possuir, na frente do lado esquerdo do peito, bordado do brasão oficial do Município de Turvo/SC, em suas cores oficiais, acompanhado, ao lado direito do brasão, da inscrição “PREFEITURA DE TURVO”, na cor branca, em tamanho proporcional ao brasão e à peça, preservando a harmonia visual e a legibilidade da personalização. Deverá possuir, ainda, aplicação da bandeira oficial do Município de Turvo/SC na manga direita, confeccionada nas cores oficiais do Município e em dimensões proporcionais ao tamanho da peça, preservando a legibilidade e a proporcionalidade dos símbolos. A jaqueta deverá apresentar excelente resistência ao desgaste decorrente do uso escolar diário, impermeabilidade,</p> | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|



| | | | | | |
|---|--|-----|-----|------------|---------------|
| | <p>uniformidade de cor, costuras, enchimento e acabamento, sendo isenta de defeitos de fabricação, rasgos, manchas, falhas de costura, deformidades ou quaisquer imperfeições que comprometam sua utilização, durabilidade ou aparência. Fornecimento em diversos tamanhos, do 10 ao 16. Produto conforme croqui, especificações técnicas e padrões de qualidade definidos no anexo I do Termo de Referência.</p> <p>QUANTIDADES POR TAMANHO: 10 - 109; 12 - 136; 14 - 95; 16 - 59;</p> | | | | |
| 3 | <p>Jaqueta escolar unissex confeccionada em tecido impermeável 100% poliamida, com gramatura mínima de 40 g/m², na cor preta, modelo matelassê acolchoado, composta por tecido externo e forro no mesmo padrão de composição e cor, com enchimento interno dos gomos em fibras 100% poliéster, gramatura mínima de 160 g/m², proporcionando conforto térmico, resistência e proteção contra baixas temperaturas e umidade. Os gomos do matelassê deverão possuir largura entre 45 mm e 50 mm, com divisões costuradas, de forma uniforme, garantindo o adequado acabamento, distribuição do enchimento e resistência da peça. As mangas e a gola deverão ser confeccionadas no mesmo tecido do corpo da jaqueta, com costuras reforçadas. O modelo deverá possuir fechamento frontal integral por zíper de alta resistência, capuz acolchoado removível fixado exclusivamente por sistema de zíper, punhos com elástico embutido, com largura aproximada de 2 cm, costurados de forma a garantir ajuste adequado ao corpo, conforto térmico e durabilidade, bem como 2 (dois) bolsos frontais embutidos e funcionais nas laterais da peça, com acabamento reforçado, pregados e pespontados, utilizando forro do mesmo tecido e cor do corpo da jaqueta. O fechamento da jaqueta, bem como as costuras dos</p> | UND | 213 | R\$ 241,40 | R\$ 51.418,20 |



| | | | | |
|--|--|--|--|-----------------------|
| <p>ombros e laterais, deverão ser executados em máquina interloque, utilizando linha 100% poliéster, na cor do tecido, compatível com a resistência exigida para uso escolar diário. A peça deverá possuir, na frente do lado esquerdo do peito, bordado do brasão oficial do Município de Turvo/SC, em suas cores oficiais, acompanhado, ao lado direito do brasão, da inscrição “PREFEITURA DE TURVO”, na cor branca, em tamanho proporcional ao brasão e à peça, preservando a harmonia visual e a legibilidade da personalização. Deverá possuir, ainda, aplicação da bandeira oficial do Município de Turvo/SC na manga direita, confeccionada nas cores oficiais do Município e em dimensões proporcionais ao tamanho da peça, preservando a legibilidade e a proporcionalidade dos símbolos. A jaqueta deverá apresentar excelente resistência ao desgaste decorrente do uso escolar diário, impermeabilidade, uniformidade de cor, costuras, enchimento e acabamento, sendo isenta de defeitos de fabricação, rasgos, manchas, falhas de costura, deformidades ou quaisquer imperfeições que comprometam sua utilização, durabilidade ou aparência. Fornecimento em diversos tamanhos, do P ao G2. Produto conforme croqui, especificações técnicas e padrões de qualidade definidos no anexo I do Termo de Referência.</p> <p>QUANTIDADES POR TAMANHO: P - 69; M - 73; G - 52; GG - 19;</p> | | | | |
| VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA | | | | R\$ 231.251,12 |

ANEXO I
PROPOSTA ATUALIZADA (Modelo)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

FONE:

DADOS BANCÁRIOS:

Objeto: Aquisição de jaquetas para composição do uniforme escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino (Pré-Escolar e Ensino Fundamental), conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos e anexos que integram o edital.

| Item | Descrição/Especificação | Marca | Unid | Qtde | Valor Unit. | Valor Total |
|------|-------------------------|-------|------|------|-------------|-------------|
| | | | | | | |

Valor total da proposta: R\$ (.....)

a) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

b) Prazo de entrega:

c) Declaro:

1) que nos preços propostos já estão incluídos todos os custos necessários ao fornecimento dos produtos, objeto da presente licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte para entrega, carga, descarga, taxas ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

2) Esta proposta é exequível e possuímos plena capacidade de executar o contrato nos valores acima mencionados.

3) conhecer e concordar plenamente com o Edital e seus Anexos;

4) que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a prefeitura municipal.

Local e data , de de 2026.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante)

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS E LIMITES PARA ME E
EPP (ART. 4º, § 2º, DA LEI Nº 14.133/2021) – (MODELO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Ao Município de Turvo

Referência: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (xxx.xxx.xxx/xxx-xx), **DECLARA** que neste ano-calendário ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Art. 4º, §2º da Lei nº 14.133/2021).

Local e data, dede 2026.

.....
Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO III
DECLARAÇÃO UNIFICADA (Modelo)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Para fins de participação no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 , declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa:

- a) Não foi declarada inidônea em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal e não está impedida ou suspensa de licitar com o Município de Turvo/SC, inexistindo fatos impeditivos para contratar com a Administração Pública;
- b) Não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos, não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, em atendimento do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988;
- c) Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista do ente licitante;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) Não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme estabelece o inciso VI do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Apresentou proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data, dede 2026.

.....
Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Contrato nº XX/2026

O MUNICÍPIO DE TURVO/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.548.983/0001-60, com sede na Rua Nereu Ramos, 609, centro, no município de Turvo/SC, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. HERIBERTO AFONSO SCHMIDT, portador do CPF nº 289.671.789-72, a seguir denominado CONTRATANTE e a empresa, com sede na Rua, inscrito no CNPJ sob nº....., neste ato representado pelo Sr., portador do CPF nº, residente e domiciliado.....a seguir denominado CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA BASE LEGAL

1.1. O presente contrato vincula-se ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026, Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 055, de 29 de maio de 2024, no que couber o Decreto Municipal nº 043, de 09 de julho de 2021 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

2.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização e das sanções aplicáveis, dentre outros.

2.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos e ocorrerá nos termos estabelecidos no regulamento da CONTRATANTE.

2.5. O regime adotado para execução do objeto contratado será por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

3.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de jaquetas para composição do uniforme escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino (Pré-Escolar e Ensino Fundamental), conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais documentos e anexos que integram o edital e este Contrato, e conforme segue:

| Item | Descrição/Especificação | Unid | Qtde | Valor Unit. |
|------|-------------------------|------|------|-------------|
| | | | | |

3.2. Integra e completa o presente instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026 , anexos e pareceres que formam respectivo Processo.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das dotações orçamentárias, do exercício de 2026:

06.001 – Secretaria de Educação

2.010 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00 1.500.1001.0500 (42)

2.009 – Manutenção e Funcionamento de Pré-Ecolares

3.3.90.00.00.00.00.00 1.500.1001.0500 (39)

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Nereu Ramos, 494 - Centro.

5.1.1. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades revistas neste contrato.

5.3. Os produtos deverão ser confeccionados e entregues de acordo com o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, demais documentos e anexos ao processo no Edital e neste Termo.

5.4. Os produtos, objeto deste Contrato, serão recebidos:

5.4.1. Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do equipamento com as exigências contidas neste contrato, edital e seus anexos;

5.4.2. Definitivamente, pelo fiscal e/ou gestor do contrato em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contidas no edital e anexos e neste Termo.

5.5. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

6.1. Pelo objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, os valores unitários descritos na Cláusula Terceira, totalizando o valor de R\$

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado à vista, em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal e emissão da Ordem de Pagamento, através de ordem bancária, mediante a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos produtos, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização, que somente atestará o fornecimento do equipamento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

7.2.1. A contagem para o 30 (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação do equipamento, pela fiscalização do Município Turvo/SC e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

7.2.2. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Turvo/SC, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra e/ou Contrato.

7.2.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município.

7.3. A CONTRATADA deverá apresentar junto à nota fiscal, as certidões negativas de débito exigidas no edital para fins de habilitação. Constatada eventual irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária por parte da contratada, o processo administrativo de liquidação de despesa dependerá da autorização do ordenador de despesas responsável.

7.4. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

7.5. Fica a CONTRATADA cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em/...../2026.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação pelo CONTRATANTE, do índice do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas, após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.6. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, buscarão uma solução para a questão.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo, entretanto, ser comprovada, "a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação", conforme previsto na Lei 14.133/2021.

9.2. A prorrogação de que trata esta Cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

9.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

10.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa: Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias; O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

12.1.1. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente aplicável à contratação, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e do instrumento contratual, preservando o Município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de sua responsabilidade;

12.1.2. Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, tamanhos, características de personalização, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e no contrato;

12.1.3. Apresentar em 03 (três) dias após a assinatura do Contrato, 01 (uma) peça piloto/amostra da jaqueta, confeccionada de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, para fins de análise, validação e aprovação pela Administração Municipal;

12.1.4. Somente iniciar a produção e o fornecimento integral das peças após a aprovação formal da peça piloto/amostra pela Administração, responsabilizando-se por promover as adequações eventualmente apontadas, sem ônus adicional para o Município;

12.1.5. Entregar o objeto no prazo, local, horários e condições estabelecidos no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual, devidamente separado e identificado por tamanho, em acondicionamento adequado à preservação de sua integridade;

12.1.6. Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos recusados pela fiscalização ou recebidos com vícios, defeitos, incorreções, divergência de tamanho, falhas de acabamento ou em desacordo com as especificações técnicas exigidas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação da Administração.

12.1.7. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, resistência, acabamento, durabilidade, personalização e demais características dos materiais fornecidos, garantindo que as peças sejam novas, de primeiro uso e isentas de defeitos de fabricação;

12.1.8. Dirimir qualquer dúvida e prestar os esclarecimentos necessários acerca da execução do objeto, durante toda a vigência da contratação, sempre que solicitado pelo Município;

12.1.9. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive as relativas à confecção, bordados, personalização, embalagem, transporte, carga, descarga, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais,

securitários, civis e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários ao integral cumprimento do contrato;

12.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos, materiais ou morais causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto;

12.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as brigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, comunicando imediatamente ao Município qualquer alteração que possa comprometer a execução contratual;

12.1.12. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas em decorrência da contratação, nem subcontratar o objeto, salvo se houver autorização expressa da Administração, nos termos do edital e da legislação aplicável;

12.1.13. Entregar os produtos em perfeito estado de conservação, limpeza, acabamento e apresentação, devidamente acondicionados, sem rasgos, manchas, deformidades, falhas de costura, defeitos de fabricação ou quaisquer imperfeições que comprometam sua utilização, durabilidade ou aparência.

12.1.14. Garantir que os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas do objeto, bem como às normas técnicas vigentes aplicáveis ao segmento têxtil, observadas, no que couber, as disposições do INMETRO, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

13.1.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto, na forma e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual, desde que cumpridas todas as formalidades legais e contratuais exigidas;

13.1.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão designada, sem que isso exclua ou reduza a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações assumidas, nem por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros;

13.1.3. Receber, analisar e manifestar-se quanto à peça piloto/amostra apresentada pela CONTRATADA, para fins de validação prévia e autorização da produção e fornecimento das demais peças, observadas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

13.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, tamanhos, personalização e padrões de qualidade exigidos;

13.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital ou no instrumento contratual;

13.1.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades, imperfeições, vícios, defeitos, atrasos ou desconformidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para sua regularização, substituição ou correção, quando for o caso;



13.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, desde que pertinentes à execução do objeto;

13.1.8. Aplicar, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas na legislação, no edital e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, justificadamente, nos termos dos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O fornecimento de materiais e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pela CONTRATANTE, por intermédio do servidor, Sr., matrícula nº, que acompanhará a execução do objeto contratado, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para execução do mesmo e apresentação de fatura, notificando à Contratada a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

16.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará a CONTRATANTE e terá as atribuições definidas no Decreto Municipal nº 055/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da cidade de Turvo, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Turvo/SC, de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXX

Contratado

HERIBERTO AFONSO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor do Contrato

Matricula nº XXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal do Contrato

Matricula nº XXXXX